

Estratégia de Segurança Nacional dos EUA 2025: Trump declara a “Nova Era das Grandes Potências”

Major-general
João Jorge Botelho Vieira Borges



Introdução

Desde 2006 que tenho vindo a estudar e a analisar, com especial atenção, a Estratégia de Segurança Nacional (National Security Strategy - NSS) dos EUA, a qual representa (ou deveria representar), um plano unificado, abrangente e integrado, destinado a assegurar o cumprimento dos objetivos políticos da maior potência militar do Mundo.

E tenho analisado a NSS em termos do seu conteúdo, da forma, mas também de relação entre a Estratégia Nacional de cada administração e a própria realidade da política nacional e internacional. É bom lembrar que a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, é lida com atenção por americanos, mas também pelos seus aliados e adversários, pois define as prioridades de política externa e de defesa. Serve de orientação para a política interna e externa (valores, interesses e objetivos políticos), mas constitui também, um importante instrumento dissuasor para os adversários políticos, económicos e militares espalhados pelo Mundo.

Apesar de sempre ter havido Estratégia e Pensamento Estratégico na curta vida dos EUA (desde 1776), a sua materialização num documento estratégico só teve lugar, pela primeira vez, em 1987 (com o Presidente Ronald Reagan), na sequência do Goldwater-

Nichols Department of Defense Reorganization Act de 1986, curiosamente mais como uma forma de prestação de contas do Presidente ao Congresso, do que de mensagem para o Mundo (e em especial para a URSS no âmbito da Guerra-Fria).

Desde então, e apesar dos presidentes mais recentes não apresentarem NSS anuais¹, existem três razões essenciais para a sua divulgação: mobilização de recursos para melhor alinhar as prioridades de segurança nacional e financiamento; coordenação, para melhor alinhar as prioridades de segurança nacional entre os vários atores envolvidos; e comunicação, para proporcionar maior clareza, seja para o governo, seja para o sector privado. Infelizmente, com Trump (e em especial desde 2025), a comunicação passou para o patamar da propaganda, sobrevalorizando todas as suas ações e políticas e criticando todas as estratégias e ações dos seus antecessores (democratas e mesmo republicanos).

Quando refleti profundamente sobre a influência do terrorismo transnacional no planeamento estratégico de segurança nacional dos EUA (2013), cheguei à conclusão que existem três pilares fundamentais na sua construção e até funcionalidade: o Institucional (na linha do Presidente e através do seu National Security Adviser² NSA - mas também a administração no seu conjunto e em particular a secretaria da Defesa e a secretaria de Estado); a Academia (associado às Universidades e aos think tanks); e o Congresso (nas suas duas câmaras, representativas do povo, mas também dos lobbies) - sem descurar o papel transversal dos tribunais.

No entanto, uma leitura atenta desta NSS de 2025, em especial se comparada com as anteriores (e mesmo com a de Trump de dezembro de 2017), leva-nos desde logo à ideia de uma grande centralização no Presidente, descurando (premeditadamente) os pilares da Academia e do Congresso (que apesar de tudo ainda lhe é favorável). E essa centralização vai ao ponto de o Presidente Trump ser citado no documento da sua própria autoria por 27 vezes, com uma metodologia que passa por usar e adaptar as próprias citações do Presidente relativamente aos objetivos políticos e às prioridades de política externa.

Vamos então ao conteúdo deste documento e às suas consequências para a arquitetura mundial de segurança e defesa, com especial destaque e preocupação para a Europa.

Uma NSS 2025 em rutura com o passado

Num Mundo marcado pela guerra da Rússia na Ucrânia e pelo conflito de Gaza, mas também pelo crescendo de influência da China e da Rússia, em busca de uma nova ordem internacional, a eleição de Trump para um segundo mandato (interpolada pela administração Biden), veio criar desequilíbrios e ruturas, tanto a nível nacional como internacional.

E as surpresas (ou não - para quem acompanhou a campanha eleitoral) começaram logo

nos primeiros dias desta administração Trump 2.0, com uma visão imperialista relativamente ao Canal do Panamá, ao Golfo do México, ao Canadá e à Gronelândia (curiosamente, ou não, a NSS não aborda as questões do Canadá e da Gronelândia!). Em simultâneo, Trump surpreendeu alguns observadores com posições de apoio explícito à Rússia (e à liderança de Putin) e de grande crítica à Europa em geral e à Ucrânia em particular. Neste caso, a intromissão dos europeus (organizados numa União Europeia que Trump não entende) no processo de Paz, incomodou Trump desde o primeiro dia, sobretudo porque tem arrastado o processo que para si é muito simples: a Ucrânia deve ceder os territórios impostos pela Rússia. Ao nível da NATO, a imposição dos 5% do PIB para todos os membros, foi mais uma demonstração de uma nova postura mais dura com os aliados europeus, que na sua perspetiva estiveram a “aproveitar-se” da bondade dos EUA desde 1949. Entretanto, as disputas com a China continuaram, materializadas em taxas que ultrapassaram os 130%, para depois voltarem a valores aceitáveis e a relações mais estáveis. A par de tudo isto, o lançamento de taxas discricionárias, que criaram uma instabilidade enorme nos mercados financeiros. A nível interno, a intromissão na política de segurança interna de alguns estados (democratas), mas muito especialmente, a luta contra a imigração ilegal, com consequências ao nível das relações bilaterais com o México e o Canadá. E finalmente, a luta pelo prémio Nobel da Paz por parte de Trump, que levou a um empenhamento pessoal numa solução de paz para Gaza e para outros sete conflitos espalhados pelo Mundo.

Tantas ações erráticas em tão pouco tempo por parte de Trump e da sua administração, levaram a alguma expectativa relativamente à NSS, pois algumas decisões mais emotivas de Trump deveriam ser aqui mais “temperadas” pelos seus assessores (agora mais leais do que no primeiro mandato). Afinal, as expectativas foram defraudadas e o Mundo para a Administração Trump é visto de uma maneira completamente diferente dos seus antecessores. Vamos então à nova NSS 2025.

Com apenas 33 páginas, o documento inclui a tradicional introdução do Presidente, a que se juntam quatro capítulos³, respetivamente:

- I. O que é a Estratégia Americana?
- II. O que os EUA pretendem?
- III. Quais os meios que os EUA dispõem?
- IV. A Estratégia (Princípios, Prioridades, Regiões - Hemisfério Ocidental, Ásia, Europa, Medio Oriente e África).

Na introdução de pouco mais do que uma página, o Presidente vangloria-se das suas ações em pouco mais de nove meses, como nunca tinha acontecido na história dos EUA. Destaca-se a busca da Paz pela Força, a luta contra a imigração ilegal e a dimensão económica, colocando sempre “a América Primeiro”.

O **Capítulo I** relativo ao objetivo da NSS, refere que a mesma se vinha afastando do caminho ao longo dos tempos, porque o fundamental é orientar este documento no

sentido de tornar os EUA mais fortes, mais ricos, mais poderosos e mais bem-sucedidos do Mundo. No fundo é a linguagem habitual de Trump adaptada à NSS. Em termos conceptuais confirma o pragmatismo dos EUA, sublinhando que uma “estratégia” é um plano concreto e realista que explica a ligação essencial entre os fins e os meios.

O documento critica as estratégias americanas desde o fim da Guerra Fria, consideradas como listas intermináveis de desejos ou estados finais almejados, pouco claras, e muito vagas, de tal modo que incluíam como pressuposto que “a dominação americana permanente do mundo inteiro era do interesse do país”. Para esta administração, “os assuntos de outros países só nos dizem respeito se as suas atividades ameaçarem diretamente os nossos interesses”. Critica ainda, o facto dos aliados e parceiros, com base nesses pressupostos de intervenção global, de “transferirem o custo da sua defesa para o povo americano”, arrastando os EUA para conflitos periféricos ou irrelevantes para os interesses dos EUA. Aborda, finalmente, as correções necessárias do Presidente Trump, as quais se teriam iniciado com o primeiro mandato, com uma liderança forte e as escolhas certas.

No **Capítulo II**, sobre o que os EUA devem querer, faz uma descrição de objetivos políticos, desde “a sobrevivência e a segurança contínuas dos Estados como uma república independente e soberana, cujo governo assegura os direitos naturais concedidos por Deus aos seus cidadãos e prioriza o seu bem-estar e interesses”, até à “restauração e o revigoramento da saúde espiritual e cultural americana, sem a qual a segurança a longo prazo é impossível”. Aqui se incluem a defesa do país, do povo, do território, da sua economia e do seu modo de vida em face a ataques militares e a influências estrangeiras hostis, “sejam elas espionagem, práticas comerciais predatórias, tráfico de droga e de pessoas, propaganda destrutiva e operações de influência, subversão cultural ou qualquer outra ameaça à nossa nação”. No entanto, o destaque vai para a questão da imigração, um tema que continua a dar votos internamente, independentemente da perceção externa: “queremos o controlo total sobre as nossas fronteiras, sobre o nosso sistema de imigração e sobre as redes de transporte através das quais as pessoas entram no nosso país - legalmente e ilegalmente”. Surpresa é o facto de incluir a manutenção do «inigualável» “soft power” dos Estados Unidos, através do qual pretende exercer uma influência positiva em todo o mundo, o que não tem estado em linha com a práxis que se tem verificado desde 20 de janeiro de 2025.

Uma segunda parte deste capítulo diz respeito ao que os EUA querem do mundo. Neste âmbito, o foco é a política externa, sendo necessário mobilizar todos os recursos do poder nacional para alcançar os objetivos políticos. E aqui começa com a necessidade de garantir que o “Hemisfério Ocidental” (na prática o continente americano) se mantenha razoavelmente estável e bem governado o suficiente para prevenir e desencorajar a migração em massa para os EUA. E assume que afirmará e aplicará um “Corolário Trump” à Doutrina Monroe⁴, opção estratégica que poderá levar (perigosamente para a Paz no Mundo) a uma postura idêntica da China e da Rússia nas suas áreas ou esferas de influência (como se veio a verificar com a operação de extração de Maduro na Venezuela - a 3 de janeiro de 2026). Aqui também destaca os cinco “principais interesses nacionais vitais dos Estados Unidos”, nomeadamente e por ordem de prioridade:

- Controlo do Hemisfério Ocidental (sua área de influência);
- Travar e reverter os danos contínuos que os atores estrangeiros infligem à economia americana, mantendo o Indo-Pacífico livre e aberto, preservando a liberdade de navegação em todas as rotas marítimas cruciais e mantendo cadeias de abastecimento seguras e fiáveis e o acesso a materiais críticos;
- Restaurar a autoconfiança civilizacional e a identidade ocidental da Europa;
- Impedir que uma potência adversária domine o Médio Oriente, o seu fornecimento de petróleo e gás e os pontos de estrangulamento por onde passam, evitando as “guerras intermináveis” que nos atolaram naquela região a um custo elevadíssimo”;
- Garantir que a tecnologia e as normas dos EUA - particularmente na IA, na biotecnologia e na computação quântica - impulsionam o mundo para a frente.

No **Capítulo III** identifica os meios dos EUA disponíveis para atingir os objetivos políticos, sublinhando as potencialidades e a necessidade de “integrar todos os recursos de ponta, e outros, para fortalecer o poder e a preeminência americana e tornar o país ainda maior do que alguma vez foi”. Entre essas potencialidades destaca o “sector tecnológico mais avançado, inovador e rentável do mundo, que sustenta a nossa economia, proporciona uma vantagem qualitativa às nossas forças armadas e fortalece a nossa influência global”, a par das “forças armadas mais poderosas e capazes do mundo”.

E, finalmente, no **Capítulo IV**, a parte mais substantiva do documento, onde refere a Estratégia dos EUA, começando pelos princípios, seguindo-se as prioridades e terminando com uma análise de cinco diferentes regiões do globo, respetivamente:

- A - Hemisfério Ocidental - Corolário da Doutrina Monroe;
- B - Ásia - Conquistar o Futuro Económico, Evitar o Confronto Militar;
- C - Promover a Grandeza Europeia;
- D - O Médio Oriente: Transferir Fardos, Construir a Paz;
- E - África.

Relativamente aos **princípios**, começa por destacar que o Presidente Trump é o Presidente da Paz, pragmático, realista, idealista, enérgico sem ser belicista e moderado sem ser pacifista. E mais uma vez o próprio Presidente se cita a si próprio, identificando os seguintes princípios:

- Interesse Nacional (focar em tudo é focar em nada);
- Paz através da Força (a força é o melhor dissuasor);

- Predisposição para o não intervencionismo (a adesão rígida ao não-intervencionismo não é possível; mas esta predisposição deve estabelecer um padrão elevado para o que constitui uma intervenção justificada);
- Realismo Flexível (quanto ao que é possível e desejável);
- Primazia das Nações (a unidade política fundamental do mundo é, e continuará a ser, o Estado-nação);
- Soberania e Respeito (impedir a erosão por parte das organizações transnacionais e internacionais...);
- Equilíbrio de Poder (impedir que alguma nação se torne tão dominante que ameace os interesses dos EUA);
- Pró-trabalhador americano (o trabalhador primeiro que o crescimento);
- Equidade (os nossos aliados devem gastar muito mais do seu PIB nacional na sua própria defesa);
- Competência e Mérito (mas com a América e os Americanos em primeiro lugar).

As **prioridades** da política externa são mais linhas de ação política, orientadoras das prioridades por regiões, respetivamente:

- A Era da migração em massa terminou;
- Proteção dos direitos e liberdades fundamentais;
- Partilha e transferência de encargos;
- Realinhamento através da Paz;
- Segurança Económica.

A parte relativa à Segurança Económica inclui ainda questões como: comércio equilibrado; garantir o acesso a cadeias de abastecimento e materiais críticos; a reindustrialização; revitalizar a base industrial de defesa; o domínio energético; e a preservação e alargamento do domínio do setor financeiro americano.

Por fim, as prioridades por regiões que podem ser resumidas do seguinte modo:

A - Hemisfério Ocidental: Corolário da Doutrina Monroe

O documento assume uma posição firme em fazer cumprir a Doutrina Monroe “para restaurar a preeminência americana no Hemisfério Ocidental e para proteger a nossa pátria e o nosso acesso a geografias-chave em toda a região”. A Estratégia passa por reforçar os aliados já estabelecidos no Hemisfério “para controlar a migração, travar o

fluxo de drogas e reforçar a estabilidade e a segurança em terra e no mar”, considerando inclusivamente a possibilidade de intervenção militar (como no caso da Venezuela, que se veio a verificar a 3 de janeiro de 2026). Mas também passa por expandir a posição, “cultivando e fortalecendo novas parcerias, ao mesmo tempo que reforçamos o apelo da nossa nação como o parceiro económico e de segurança preferencial do Hemisfério”. Sublinha que dará prioridade à diplomacia comercial, para fortalecer a economia e as indústrias, utilizando as tarifas e os acordos comerciais recíprocos como ferramentas poderosas.

B - Ásia: Conquistar o Futuro Económico, Evitar o Confronto Militar

A NSS começa por destacar os erros cometidos no passado com a China (abertura dos mercados, incentivo às empresas americanas para investirem na China e externalizarem a produção para a China), que a enriqueceram e tornaram poderosa. Reconhece depois, que a região Indo-Pacífica é responsável por quase metade do PIB mundial, mas salienta que os EUA detêm recursos extraordinários – a economia e as forças armadas mais fortes do mundo, e a inovação de ponta para enfrentar os novos desafios. Descreve ainda, um conjunto de ações desenvolvidas recentemente em termos económicos e militares, mais em jeito de conceitos de ação estratégicos, como a importância de evitar confrontos na região, a necessidade de uma postura vigilante no Indo-Pacífico, de uma base industrial de defesa renovada, de maior investimento militar dos EUA e dos aliados e parceiros, no sentido de vencer a concorrência económica e tecnológica a longo prazo.

Na prática, esta NSS deixou de considerar a China como o maior inimigo aos Estados Unidos e enquadra a relação quase exclusivamente em termos económicos, sem as críticas habituais ao sistema político da China e aos direitos humanos, e tentando evitar conflitos na região (em especial em Taiwan). Curiosamente (ou tal vez não), o documento não refere uma única vez a Coreia do Norte.

C - Europa: Promover a Grandeza Europeia

Esta foi a postura estratégica que teve mais reações a este documento, e não só da parte da Europa (o Kremlin reagiu muito positivamente às críticas feitas à Europa e aos seus dirigentes). Efetivamente, a NSS chama a atenção para o declínio económico e para o apagamento civilizacional da Europa. De acordo com o disposto no documento a “Europa vai ficar irreconhecível dentro de 20 anos ou menos; porque as instituições europeias minam “a liberdade política e a soberania”, as políticas migratórias, censuram a liberdade de expressão, reprimem a oposição política, contribuem para o colapso das taxas de natalidade e a perda das identidades nacionais e da autoconfiança.

A Rússia é aqui incluída na Europa (o que também pode ser interpretado como uma diminuição da sua importância global), sem constituir uma ameaça direta, mas um poder com condições para se sobrepôr a uma Europa e não só no âmbito da Guerra na Ucrânia. De acordo com a NSS, “Gerir as relações europeias com a Rússia exigirá um envolvimento diplomático significativo dos EUA, tanto para restabelecer as condições de estabilidade estratégica em toda a massa continental euro-asiática, como para mitigar o

risco de conflito entre a Rússia e os Estados europeus.”. Na prática, trata a Rússia como um parceiro comercial e nunca como uma ameaça. Por outro lado, trata a Europa como um competidor em decadência, onde urge intervir politicamente, designadamente apoiando movimentos de extrema-direita, o que constituiu uma verdadeira ingerência na soberania dos Estados.

Mas o documento não deixa de sublinhar que a Europa continua a ser vital para os Estados Unidos do ponto de vista estratégico e cultural. Que o comércio transatlântico continua a ser um dos pilares da economia global e da prosperidade americana e que os sectores europeus, da indústria à tecnologia e à energia, continuam a ser dos mais robustos do mundo. Que a Europa alberga investigação científica de ponta e instituições culturais de renome mundial e que os EUA não se podem dar ao luxo de descartar a Europa - e mais “fazê-lo seria contraproducente em termos estratégicos”. E depois levanta sete conceitos de ação para a política externa com a Europa, de que destaco “abrir os mercados europeus aos bens e serviços dos EUA e garantir o tratamento justo dos trabalhadores e das empresas dos EUA”.

Relativamente à NATO (somente referenciada por 4 vezes - 3 delas em relação à necessidade de maior investimento por parte dos aliados), refere que se “deve acabar com a perceção e travar a realidade da NATO como uma aliança em constante expansão”, o que pode ter várias interpretações.

D - Médio Oriente: Transferir Fardos, Construir a Paz

A NSS começa por sublinhar que a política externa americana tem dado prioridade ao Médio Oriente acima de todas as outras regiões, por razões associadas à energia e ao apoio a Israel. Mas que hoje a realidade é muito diferente em termos energéticos. Destaca depois, a ação dos EUA no Irão, a Paz em Gaza e a mudança verificada na Síria. Tudo isto para referir que a região se tornará “numa fonte e num destino de investimento internacional, em setores que vão muito além do petróleo e do gás - incluindo a energia nuclear, a inteligência artificial e as tecnologias de defesa”. Nesse sentido os EUA vão abdicar sobre “a experiência errada de pressionar estas nações - especialmente as monarquias do Golfo - a abandonar as suas tradições e formas históricas de governo”, aceitando-os como são. E que o importante é reforçar os acordos de Abraão, para que haja Paz e para que o fornecimento de energia do Golfo não caia nas mãos de um inimigo declarado, que o Estreito de Ormuz permaneça aberto, que o Mar Vermelho se mantenha navegável, que a região não seja um foco ou exportador de terrorismo contra os interesses americanos ou o território americano, e que Israel se mantenha seguro.

E - África

África tem dedicados somente três parágrafos no final da NSS, os quais se resumem muito rapidamente: deixar de apoiar governos por razões ideológicas; combater o terrorismo e negociar soluções de paz para os conflitos em curso; e transição de uma relação focada na ajuda para uma relação focada no comércio e no investimento, com os devidos retornos (minerais críticos, gás e petróleo).

Mais uma vez, uma visão claramente mercantilista, sem ter em devida consideração a dimensão, a diversidade e o potencial do continente africano, o que continua a deixar espaço de intervenção para a Rússia, a China e mesmo a Europa.

Considerações Finais

Esta NSS 2025, apesar das lacunas em termos da forma, da escrita e dos conceitos, é muito clara e pragmática no que concerne ao conteúdo estratégico. Tem um claro alinhamento ideológico entre o movimento populista MAGA (base de apoio de Trump sob o lema “Make America Great Again”) e os partidos nacionalistas europeus. Tal como na NSS de 2017, removeu as “mudanças climáticas” das ameaças e riscos transnacionais. Considera a questão da imigração e da economia como estruturantes. Adota a doutrina Monroe no continente Americano (que caracteriza como Hemisfério Ocidental). Fala mais de paz do que de guerra. E deixa de considerar a China e a Rússia como potências revisionistas, por razões estruturais, sejam elas políticas, económicas ou estratégicas.

Na prática, esta NSS representa uma rutura com todas as anteriores (mesmo relativamente à NSS de 2017 de Trump), em especial no que respeita ao posicionamento dos EUA relativamente à Federação Russa (deixa de ser uma ameaça e passa a ser um parceiro potencial), ao afastamento do mundo multilateral, à postura relativamente à Europa (como competidor e não como aliado), à opção pela velha doutrina Monroe das zonas de influência, à visão reduzida das ameaças (circunscritas à imigração, drogas e crime) e ainda à alteração das prioridades de política externa (menos África, Médio Oriente e Europa e mais Indo-Pacífico e Continente Americano).

Se antes da sua divulgação, a 4 de dezembro de 2025, se falava sobre uma estratégia errática da parte de Trump, depois dessa data não podemos ficar indiferentes, pois com o desaparecimento assumido da “competição entre as grandes potências”, esta NSS 2025 materializa aquilo que Aleksandr Dugin já tinha designado como a “Nova Ordem das Grandes Potências” (neste caso a China, os EUA e a Rússia). É um Mundo em que os interesses das grandes potências são mandatários, em especial nas suas esferas de influência, onde impera o direito da força sobre a força do direito e onde é substituído o multilateralismo pelas relações bilaterais ou mesmo pessoais. Por alguma razão as opiniões oriundas da China e da Rússia foram tão generosas, ao contrário das fortes críticas da parte da Europa em geral (para além da própria União Europeia).

E então qual o papel da Europa nesta Nova Ordem das Grandes Potências?

Independentemente das fortes críticas à Europa constantes na NSS (em especial no que respeita às políticas migratórias e ao desinvestimento em segurança – que não lhe permite fiscalizar a sua parte do Mundo sem ajuda dos EUA), o futuro da Europa está muito dependente da evolução da situação na guerra da Rússia na Ucrânia.

No entanto, considero que em qualquer cenário, e tal como consta no relatório Dragui,

cabe à Europa investir, com inovação, em segurança, mas também na sua economia, de modo a ganhar autonomia estratégica, a ter maior competitividade (relativamente à China e à Rússia), a reduzir as suas dependências e a diversificar os seus parceiros e aliados, para poder ser um verdadeiro ator global, com capacidade de intervenção global. Se for cumprido esse desiderato, os EUA voltarão a ver a Europa como um potencial aliado, reforçando novamente o eixo transatlântico.

E isso teria vantagens consideráveis para Portugal, que independentemente da conjuntura internacional, é por natureza geográfica um País inevitavelmente transatlântico, “onde a Terra [da Europa] acaba e o Mar [das Américas] começa”.

Bibliografia:

Borges, João Vieira (2013). O Terrorismo Transnacional e o Planeamento Estratégico de Segurança Nacional dos EUA, Fronteira do Caos, Porto, 2013.

Borges, João Vieira (2015). A nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA 2015, in Revista Militar, N.º 2559, abril 2015, pp. 261-270.

Borges, João Vieira (2015). A nova Estratégia Global dos EUA: o reforço do Tempo como fator estratégico, Cidadania e Defesa, N.º 53, 1º Semestre 2015, pp. 22-24.

Borges, João Vieira (2022). Estratégia de Segurança Nacional dos EUA 2022: «Superar a China e Conter a Rússia», in Revista Militar, n.º 2649, outubro 2022, pp. 785-792.

NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA, November 2025, President of the USA, Washington.

Links:

[https://en.wikipedia.org/wiki/National_Security_Strategy_\(United_States\)](https://en.wikipedia.org/wiki/National_Security_Strategy_(United_States))

<https://www.csis.org/analysis/national-security-strategy-good-not-so-great-and-alarm-bells>

<https://www.brookings.edu/articles/breaking-down-trumps-2025-national-security-strategy/>

[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2025/779261/EPRS_ATA\(2025\)779261_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2025/779261/EPRS_ATA(2025)779261_EN.pdf)

<https://www.cfr.org/expert-brief/unpacking-trump-twist-national-security-strategy>

<https://www.lawfaremedia.org/article/inside-trump-s-second-term-national-security-strategy>

[1](#) Ronald Reagan (1981-1989) com NSS de 1987 e 1988; George Bush (1989-1993) com NSS de 1990, 1991 e 1993; Bill Clinton (1993-2001) com NSS de 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, e 2000; George W. Bush (2001-2009) com NSS de 2002 e 2006; Barack Obama (2009-2017) com NSS de 2010 e 2015; Donald Trump (2017-2021) com NSS de 2017; Joe Biden (2021-2025) com NSS de 2021 e 2022.

[2](#) Marco Rubio é o NSA em funções desde 1 de maio de 2025, depois de Mike Waltz ter sido afastado (esteve em funções entre 20 de janeiro a 1 de maio de 2025) por razões ligadas ao vazamento de conversas em grupo na plataforma de mensagens SIGNAL (entretanto, foi nomeado Embaixador dos EUA na ONU).

[3](#) A NSS de 2017, tinha quatro pilares, a estratégia e umas conclusões. Os quatro pilares eram: I - Proteger o Povo Americano, a Terra e o Modo de Vida Americano; II - Promover a Prosperidade Americana; III - Preservar a Paz através da Força; IV - Reforçar a Influência Americana.

[4](#) A Doutrina Monroe foi anunciada em 1823 pelo presidente dos EUA, James Monroe. Era um instrumento de política externa que implicava que as potências europeias estavam impedidas de colonizar ou intervir nas Américas, consideradas uma esfera de influência dos EUA, sob o lema "América para os americanos". Em troca, os EUA comprometiam-se a não interferir nos assuntos europeus.